
*Dossiê: Centenário da Escola Normal de Ponta Grossa – Instituto de Educação Prof. Cesar Prieto Martinez
(1924-2024)*

Cesar Prieto Martinez: o percurso da educação escolar e a modernização (1920-1924)

Cesar Prieto Martinez: the path of school education and modernization (1920-1924)

Cesar Prieto Martinez: el recorrido de la educación escolar y la modernización (1920-1924)

Isabel Castilho Palhano*

 <https://orcid.org/0000-0003-2527-393X>

Maria Isabel Moura Nascimento**

 <https://orcid.org/0000-0001-6243-9973>

Resumo: Neste artigo, objetiva-se compreender os ideais republicanos paranaenses, efetivados por Cesar Prieto Martinez, que marcaram a reforma da educação no início do século XX, a luta pela criação dos grupos escolares no Paraná e o fortalecimento das Escolas Normais no período em que esteve à frente da Inspeção Geral do Ensino. Utilizaram-se como fontes primárias a imprensa pedagógica e os textos impressos da revista “O Ensino”, mais especificamente os exemplares de 1922, 1923 e 1924, os quais retrataram os ideais do Inspetor Geral de Ensino, Cesar Prieto Martinez, e as mensagens dos Presidentes do Estado do Paraná dos anos de 1920, além dos Relatórios do Inspetor Geral de Ensino do Paraná. Esses documentos demonstram o quanto foi marcante a presença de Cesar Prieto Martinez na gestão educacional na década de 1920 no Paraná, evidenciando a luta pela criação dos primeiros grupos escolares e a primeira escola de formação de professores em Ponta Grossa.

Palavras-chave: Cesar Prieto Martinez. Grupos escolares. Escola Normal no Paraná.

Abstract: In this article, the objective is to understand the republican ideals in Paraná, Brazil, implemented by Cesar Prieto Martinez, which shaped the education reform at the beginning of the 20th century, the fight for the creation of school groups in Paraná, and the strengthening of Normal Schools during his time leading the General Inspectorate of Education. Primary sources used include pedagogical press and printed texts from the magazine “O Ensino” [The Teaching], specifically the issues from 1922, 1923, and 1924, which portrayed the ideals of the General Inspector of Education, Cesar Prieto Martinez, along with the messages of the Presidents of the State of Paraná from the 1920s and the Reports of the General Inspector of Education of Paraná. These documents demonstrate how significant Cesar Prieto Martinez’s presence was

* Professora da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná (Unicentro). *E-mail:* <pedisabel@yahoo.com>.

** Professora da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). *E-mail:* <misabelnasc@gmail.com>.

in educational management during the 1920s in Paraná, highlighting the struggle for the establishment of the first school groups and the first teacher training school in Ponta Grossa.

Keywords: Cesar Prieto Martinez. School groups. Normal School in Paraná.

Resumen: En este artículo, se tiene como objetivo comprender los ideales republicanos de Paraná, Brasil, implementados por Cesar Prieto Martinez, que marcaron la reforma de la educación a inicios del siglo XX, la lucha por la creación de los grupos escolares en Paraná y el fortalecimiento de las Escuelas Normales durante su gestión al frente de la Inspección General de Enseñanza. Se utilizaron, como fuentes primarias, la prensa pedagógica y los textos impresos de la revista “*O Ensino*” [La Enseñanza], específicamente los ejemplares de 1922, 1923 y 1924, los cuales retrataron los ideales del Inspector General de Enseñanza, Cesar Prieto Martinez y los Mensajes de los Presidentes del Estado de Paraná de los años 1920, además de los Informes del Inspector General de Enseñanza de Paraná. Estos documentos demuestran cuan marcante fue la presencia de Cesar Prieto Martinez en la gestión educativa en la década de 1920 en Paraná, destacando la lucha por la creación de los primeros grupos escolares y la primera escuela de formación de profesores en Ponta Grossa.

Palabras clave: Cesar Prieto Martinez. Grupos escolares. Escuela Normal en Paraná.

Introdução

Este artigo faz parte da pesquisa de doutoramento que resultou na elaboração da tese intitulada *A revista O ensino (1920-1924): a instrução pública do Paraná nos ideais de Cesar Prieto Martinez*, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) (Palhano, 2022). O estudo objetivou compreender os ideais republicanos paranaenses efetivados por Cesar Prieto Martinez, cuja análise utilizou seus escritos como fonte de informações no percurso da sua atuação na educação paranaense. Martinez trabalhou como gestor educacional, assumindo a função de modernizar o ensino, incorporando novas técnicas pedagógicas bem como a otimização de custos.

Levando em consideração a apreensão histórica da atuação de Cesar Prieto Martinez na educação paranaense, este artigo objetiva compreender os ideais republicanos paranaenses efetivados por Cesar Prieto Martinez que marcaram a reforma da educação no início do século XX. Para isso, buscou-se, por meio de dados empíricos, os seguintes documentos: exemplares de 1922 a 1924 da revista “*O Ensino*”; mensagens dos Presidentes do Estado do Paraná dos anos de 1920; relatórios do Inspetor Geral de Ensino do Paraná, Professor Cesar Prieto Martinez, dos anos de 1920 a 1923. Tais documentos demonstraram o quanto foi marcante sua presença na gestão educacional na década de 1920 no Paraná (PR).

Grupos escolares na otimização do ensino

Para compreender a reforma que marcou a época de Martinez, faz-se necessário evidenciar a otimização do ensino, sendo os grupos escolares uma das medidas que foram providenciadas naquele período. No entanto, será feita uma contextualização política, explicitando os interesses que moveram tais reformas.

No início do século XX, existiu uma movimentação política de diversos grupos com a finalidade de expandir o ensino elementar paranaense, entre outros propósitos, como, por exemplo, a questão da segurança nacional e o perigo do imigrante, a ociosidade do nativo, a preocupação com o desenvolvimento e o progresso. Entretanto, um deles era a elevação de votantes para suas bases eleitorais. No período de institucionalização da República, em que políticos criaram instrumentos como mecanismos de avanços, sendo a escola um deles, esta passou então a ser alvo prioritário da atuação de determinados grupos que, ideologicamente, tinham como seu maior

projeto assegurar a permanência do Estado burguês no início da República no país. Para isso, anunciou-se a criação dos primeiros grupos escolares, como forma de atender à instrução para o povo.

A educação estava (e está) presente em todos os discursos oficiais como antídoto para curar todos os males do país. Contudo, esse ideário de criação de mais escolas se deu de forma lenta, pois os interesses das oligarquias regionais que se mantiveram fortes no início do século XX tinham como foco a garantia de bons cargos no Estado, como controle da máquina pública.

É em um contexto de disputas de ideais republicanos que se pensa a educação, porém movidos por manterem-se os privilégios representados nos interesses de uma pequena classe dominante em detrimento dos interesses da maioria da população, deixando de lado o papel principal do Estado: administrar os conflitos entre o povo de seu país. “E, no entanto, o Estado (sociedade política) não poderia se apresentar em sua realidade de produto resultante da sociedade civil (não política), de modo algum autônomo em relação às relações sociais vigentes (logo aos conflitos de classes)” (Nogueira, 1993, p. 195). Dessa forma, o Estado tem o papel de se apresentar distante da sociedade e “[...] independente dela (logo neutra em relação às classes sociais) [...] tornam-se necessárias para que o Estado possa desempenhar o seu papel de desenhar e, ao mesmo tempo, fazer aparecer como legítimo a dominação econômica de uma classe sobre a outra” (Nogueira, 1993, p. 195). Foi diante desse contexto que a organização das instituições escolares foi sendo criada de forma lenta no Paraná, na perspectiva de atender aos interesses da classe burguesa, que visibilizavam as necessidades da classe trabalhadora.

Com a aprovação do regulamento da Instrução Pública no Estado do Paraná – Decreto nº 93, de 11 de março de 1901 – assinado pelo então governador da época Francisco Xavier da Silva (1838-1922) e Octavio Ferreira do Amaral e Silva (1869-1942), que eram, naquele período, Secretário de Estado, Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública –, o ensino primário público recebeu uma nova roupagem. As escolas passaram a ser mantidas pelo Estado, nos níveis de Ensino Primário (Paraná, 1901, art. 1º, p. 63), dividido em 1º e 2º Graus, ministrado em escolas públicas e particulares, espalhadas por várias regiões do estado; Ensino Normal, ministrado na Escola Normal da Capital, cuja função era formar professores para atuar no Ensino Primário no Estado (Paraná, 1901).

Os primeiros grupos escolares no Paraná (Tabela 1) são datados de 1903, quando se iniciou, em Curitiba, o primeiro grupo escolar – “Grupo Escolar Xavier da Silva” –, o qual foi resultado da junção das escolas isoladas.

Tabela 1 – Primeiros Grupos Escolares da Capital

Nome do Grupo Escolar	Número de alunos
Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva	671
Grupo Escolar 19 de Dezembro	339
Grupo Escolar Tiradentes	251
Grupo Escolar Oliveira Bello	256
Grupo Escolar Anexo	220
Grupo Escolar Professor Cleto	150
Grupo Escolar Rio Branco	277
Grupo Escolar Professor Brandão	194
Grupo Escolar Cons. Zacharias	204
Grupo Escolar Cruz Machado	166
Grupo Escolar Presidente Pedrosa	254
Jardim da Infância Maria de Miranda	154
Jardim da Infância Emilia Erichsen	87
Escola Intermediária de Ponta Grossa	77
TOTAL	3.300

Fonte: Elaborada pelas autoras com base na revista “O Ensino”, ano 1, n. 3, set. 1922.

Já os grupos escolares do interior do Estado (Tabela 2) apresentam um número maior de alunos nas escolas.

Tabela 2 – Grupos Escolares no Interior do Paraná (1922)

Nome do Grupo Escolar	Número de alunos
Grupo Escolar de Ponta Grossa	476
Grupo Escolar de Paranaguá	344
Grupo Escolar de Castro	290
Grupo Escolar de Morretes	282
Grupo Escolar da Lapa	253
Grupo Escolar Rio Negro	246
Grupo Escolar Jaguariahyva	204
Grupo Escolar Campo Largo	196
Grupo Escolar Imbituva	190
Grupo Escolar São Matheus	177
Grupo Escolar Tibagy	151
Grupo Escolar Jacarezinho	148
Grupo Escolar Antonina	144
Grupo Escolar U. da Vitória	141
Grupo Escolar Guarapuava	110
Grupo Escolar Palmeira	105
Grupo Escolar São José dos Pinhães	96
Grupo Escolar Prudentópolis	49
Jardim da Infância de Ponta Grossa	70
Jardim da Infância de Paranaguá	59
Escola Intermediária de Ponta Grossa	41
Total	3.772

Fonte: Elaborada pelas autoras com base na revista “O Ensino”, v. 1, n. 3, set. 1922.

Na década de 1920, havia a presença de vários filhos de imigrantes, predominantemente de origem europeia, nos primeiros grupos escolares do Paraná. Os alunos eram, em sua maioria, filhos “[...] de fazendeiros, proprietários de pequenas [...] indústrias e profissionais liberais. Esses fizeram com que a escola fosse inaugurada marcando o espaço de trabalho do professor dentro de um sistema de trabalho e educação produtivo!” (Nascimento, 2004, p. 173).

É dessa forma que a população, que clamava por mais escolas, passou a ter de aceitar esse novo modelo de instrução, como forma de ter “[...] o acesso aos bens produzidos por essas novas relações, [...] o problema da alfabetização tornou-se mais crucial, à medida que cresciam os centros urbanos, em decorrência da incipiente industrialização e conseqüente proletarização” (Subtil, 2024, p. 3).

A principal proposta de trabalho de Cesar Prieto Martinez era direcionada à Instrução dos Professores Públicos. “Está deste modo justificado aparecimento desta revista. Ella é necessaria a diffusão das ideias salutarees que devem germinar no meio dos professores” (O Ensino, 1922, p. 5). Para alcançar esse objetivo, Cesar Prieto utilizava, dentre vários instrumentos, a revista “O Ensino”, um periódico que era distribuído gratuitamente aos professores para acompanharem as diretrizes educacionais por ele pensadas, como “[...] orgam da Inspectoria Geral, destinado a estimular e orientar o trabalho dos Srs. Professores” (Martinez, 1924, p. 107).

Os textos publicados na revista “O Ensino” apontavam a preocupação de Cesar Prieto como Inspetor de Ensino que, com as possibilidades orçamentárias, “[...] destinado pelo estado estava conseguindo que o ensino público primário tome um impulso considerável e, nesse prosseguimento, chegará dentro em breve a extinguir o analfabetismo até nas zonas de população menos densa” (Martinez, 1922, p. 7).

Os textos publicados com o foco nos aspectos pedagógicos e didáticos a serem seguidos pelo Estado, muitos deles escritos não só pela inspetoria de ensino, mas também pelos diretores e professores dos grupos escolares, marcavam que: “O Pedagogo deixa livro. O Educador deixa compêndios vivos, exemplos que frutificam” (Martinez, 1923, p. 151). Esses pedagogistas eram assinalados como os teóricos Rosseau, Locke e Herbart, que “[...] lançam suas idéas para que as alcancem [...]. Entre lançar e colher há um abysmo [...]” (Martinez, 1923, p. 151), para também chamar a atenção para a importância de “Oscar Thompson, o pedagogo e o Educador, que forma ao lado de Cezario Motta e de Caetano Campos [...]” (Martinez, 1923, p. 152).

Era uma educação desenhada nos moldes da educação escolanovista, retratada na revista “O Ensino” pelo inspetor de ensino que, na defesa da formação pedagógica, a exemplo de países europeus, “[...] emprehenderam refazer sobre bases novas, bases scientificas. Agem de accôrde com a observação e a experiencia” (O Ensino, 1924, p. 162).

A pretensão escolanovista vinha da preocupação com a taxa de analfabetismo, que era de 65%, apresentada nos relatórios de 1920 da inspetoria de ensino do Paraná. Uma preocupação ainda presente foi registrada: “[...] o Brazil um paiz com cerca de 20.000.000 de alphabetos é claro que pouco pode produzir em relação a uberdade e riqueza de seu solo. Nesta situação nunca poderemos ser um paiz rico” (Martinez, 1920, p. 3).

Divulgava-se: o que “[...] Governo do Paraná tem feito nestes últimos dois anos é um grande passo para a disseminação do alfabeto com todo o seu território” (O Ensino, 1922, p. 7). Com essa preocupação, começou também a organização das primeiras escolas normais no Estado, para atender os primeiros grupos escolares e as revistas pedagógicas, organizadas e produzidas pela inspetoria de ensino. Seriam distribuídas de forma gratuita como a “[...] palavra de ordem e do comando reflectindo o pensamento e a acção do Governo do Estado. É o espírito orientador esclarecendo os pontos capitães que jamais podem ser esquecidos ou ignorados” (O Ensino, 1922, p. 5).

Ações de governo movimentavam a educação, e o Paraná, em sua especificidade, se encontrava com uma multiplicidade étnica, juntando-se ao número elevado de negros e indígenas, os quais foram deixados no esquecimento. Enquanto isso, a nação brasileira fazia o esforço de elevar a imigração europeia e branca, valorizando os alemães, italianos, poloneses e ucranianos (Palhano, 2022). Havia um esforço enaltecido expressado pela imprensa da época, divulgando que esses imigrantes seriam “[...] de braços fortes e inteligentes que desbravem os seus vastíssimos sertões e transformem em searas verdejantes os seus magníficos campos” (Rocha, 1921, p. 67). A prioridade de políticas que incentivavam a colonização europeia levava à invisibilidade do negro e do indígena em prol de um branqueamento forçado.

Essa ideologia de busca do branqueamento no Paraná era reflexo de um movimento no país, no imaginário republicano. Tais ideais apresentavam-se como fundamentos da finalidade da instrução pública nacional. Diante desse movimento, São Paulo se colocou como precursor nas iniciativas republicanas, no compromisso de buscar o ideário do ensino em conformidade com a modernização. O estado paulista passou, então, a ser referência brasileira na educação. Nesse contexto, o Paraná apresentava afinidades políticas com São Paulo, possibilitando, assim, a entrada dos ideais reformistas de novos modelos pedagógicos.

O esforço paranaense de utilizar as experiências pedagógicas paulistas fez com que um profissional fosse trazido de lá. Dentro da perspectiva de reformar o ensino paranaense, o presidente de Estado da época, Caetano Munhoz da Rocha, em 1920, solicitou a Altino Arantes, presidente do Estado de São Paulo, um profissional pedagógico para dirigir a instituição pública paranaense.

Com a criação no Paraná da Lei nº 1.999, de 9 de abril de 1920, instituiu-se a Inspeção Geral do Ensino, assumindo o antigo departamento da Diretoria Geral de Instrução Pública, com a posse de Cesar Prieto Martinez, no Decreto nº 474, de 13 de abril de 1920, o qual assumiu como novo inspetor no Paraná. No Paraná, essa modernização educacional era disseminada pela revista “O Ensino”, a qual, com a chegada de Cesar Prieto Martinez, professor escolhido dentre muitos nomes paulistas, dizia-se muito honrado por “[...] ser o escolhido dentre inúmeros professores do meu Estado para desempenhar neste rico e próspero Paraná o cargo, em comissão, de Inspetor Geral do Ensino, com o fim especial de remodelar o aparelho escolar existente” (Martinez, 1921, p. 3).

O inspetor chegou com reconhecimento e elogios da parte do presidente, que destacou a importância de Cesar Prieto para o Paraná devido ao apoio que ele daria ao aparelho da escola carente.

[...] da orientação pedagógica que ao seus chefes cabe imprimir e tendo em conta que o Estado de São Paulo nesse particular pode servir de modelo, julguei acertado solicitar do seu illustre Governo a vinda de um tecnico que em commissão, exercesse o alto cargo de Inspector Geral de Ensino. [...] Pozá disposição do meu Governo o provector e illustre professor Cesar Prieto Martinez, Director da Escola Normal de Pirassununga que, [...] tratou logo de pôr em pratica medidas que julgou acertadas, com appovação do Governo. Já providenciando para que os methodos modernos se generalizassem nas escolas e grupos da Capital [...] (Rocha, 1921, p. 91).

O resultado dessa chegada se deu em construções de novos espaços educacionais, como grupos escolares, mobiliários escolares e materiais didáticos, ícones da modernidade dentro de um modelo de ensino republicano. Para além das adaptações de prédios, mobiliários e materiais didáticos, o novo gestor educacional fez com que o processo pedagógico se tornasse mais ágil e eficiente. Entre essas mudanças, havia a substituição do método de ensino.

E de conveniência que essa medida se torne extensiva aos professores do interior que leccionam a primeira série, e isso para facilitar a alfabetização, que é muito lenta pelo antigos methodos. Os professores tanto das escolas izoladas, como de grupos poderão ensinar a ler e a escrever dentro de um anno, o que actualmente não acontece, pois verifica-se que em muitos casos as creanças levam dois e mais annos para aprender a ler e a escrever deficientemente (Rocha, 1921, p. 92).

A pretensão modernizante do ensino de otimização do tempo escolar foi pensada tanto para as escolas isoladas como para os grupos escolares no Paraná. O material didático passou a ser um instrumento mais importante no trabalho do professor, material este que seria seu guia metodológico. Para tais estudantes da época, o primeiro acesso ao universo escrito era por meio do livro didático, sendo esse material escolar o único acesso ao conhecimento erudito e cultural letrado. Desse modo, tal instrumento seria a única oportunidade de acesso aos bens culturais produzidos pela humanidade.

No entanto, esses manuais didáticos não são neutros, pois trazem uma representação ideológica de Estado que permeia os mecanismos pedagógicos conforme uma determinada abordagem filosófica. Essa abordagem se manifesta nas concepções de homem, de sociedade e de mundo, das escolhas em representações da política e da economia, definições que vão direcionando um autor na sua escrita. Isso considerando que somente a elite tinha acesso a materiais escritos, seja escolar ou não, pois a população pobre era deixada no esquecimento, pelo elevado valor dos manuais e livros para aquisição, impossibilitando o acesso da classe trabalhadora (Palhano, 2022). Essa dificuldade de acesso fez com que o número de analfabetos se mantivesse elevado, o que criou um alerta e chamou a atenção de brasileiros estudiosos da educação.

A década de 1920 foi importante para o Brasil, é quando os novos intelectuais brasileiros influenciados pelas ideias da escola nova e a favor da escola pública realizam reformas educacionais em alguns estados, Sampaio Dória, em São Paulo (1920); Lourenço Filho, no Ceará (1923); Anísio Teixeira, na Bahia (1925); Carneiro Leão, em Pernambuco (1926); Francisco Campos e Mario Casassata, em Minas Gerais (1927); Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (1928) e Cesar Prieto Martinez, no Paraná (1920). Todas essas reformas procuravam remodelar o ensino ao mesmo tempo que fortalecessem a educação pública (Werebe, 1994, p. 48).

Pensadores assumiram essa perspectiva, entre eles o paulista Cesar Prieto Martinez, que veio ao Paraná na tarefa de remodelar a educação dentro desse movimento que não era somente nacional, mas sim mundial. Cesar Prieto Martinez, como Inspetor Geral de Ensino no Paraná, na sua intenção modernizante da educação, expressou nos seus escritos a garantia do interesse das forças promovidas pelos ideais reformadores do capital. Sua pretensão reformista ficou evidente em relatório: “[...] com o fim especial de remodelar o aparelho escolar existente. Não sou um extranho ao magistério; pois na carreira de professor, vae para vinte annos, tenho empenhado as minhas energias, já estudando todos os problemas que a moderna Pedagogia procura resolver [...]” (Martinez, 1920, p. 3).

No entanto, isso não aconteceu ao acaso. O elevado número de analfabetos e o crescimento das populações urbanas instigaram o poder público a buscar saídas por meio de reformas educacionais. Na interpretação de que, se antes o atraso nacional era atribuído ao modelo econômico alicerçado na escravidão, com a mudança do modelo político para a República, o atraso passou a ser assumido pela falta de instrução, ou seja, o analfabetismo. Com isso, a educação assumiu a função de alavancar a nação para o progresso (Palhano, 2022). Nessa nova perspectiva ideológica – a República –, atribuiu-se à escola uma importante função, não só na transmissão do conhecimento rudimentar, mas também como espaço para se materializar a ideologia liberal presente no Paraná.

A classe social dominante, detentora dos meios de produção, criou para si um grupo de pensadores que elaboraram uma filosofia de concepção de mundo, a qual atendia seus interesses (Marx; Engels, 2014). Assim, conceber o mundo conforme os princípios dominantes somente é possível pela educação escolarizada. Logo, a instituição escolar assume a função não só de ensinar e preparar as massas que irão trabalhar como mão de obra nas fábricas, mas também no cumprimento da função da transmissão da ideologia da classe dominante. A constatação dessa função escolar ficou evidente nas décadas de 1920 e 1930, visto que a escola, na perspectiva da modernização educacional, se encontrava com o propósito de consolidar a identidade nacional. “Não se pode negar, entretanto, que nesse curto espaço de tempo muita cousa tem conseguido, não só no que toca aos novos methodos, mas principalmente, no que diz respeito a orientação indispensável que deve guiar a escola para que possa bem cumprir sua missão” (Martinez, 1922, p. 3).

O propósito reformista do gestor educacional foi alcançando reconhecimento da imprensa da época. Ele trazia o prestígio de otimização do ensino devido a sua origem em instituições de referência como modelo escolar em São Paulo, estabelecimentos que traziam os estigmas de salvadora da nação. A formação do profissional paulista da educação por meio da Escola Normal da capital dava uma posição destinada ao prestígio para a classe professoral (Monarcha, 2010). Tal contexto demonstra o interesse de muitos políticos de outros estados brasileiros, condicionando, de certa forma, que o processo educacional de São Paulo se apresentasse como símbolo da modernidade. Motivo que trouxe Martinez ao Paraná, fato constatável na seguinte colocação em defesa da sua intervenção educacional:

Mestres! Sois vós os novos bandeirantes desta nova cruzada, não para desbravardes os nossos fecundos sertões e de lá extrahirdes as preciosas pepitas e os diamantes preciosos, com que augmentaremos a nossa riqueza material, mas para criardes, no espirito das crianças, no cerebro do nosso povo, na alma de nossa raça, a capacidade, a possibilidade, as energias e o civismo com que haveremos de contar para a realização dos nossos destinos (O Ensino, 1924, p. 38).

Na ação reformista promovida por Cesar Prieto Martinez fica evidente a intencionalidade de modernizar o ensino em prol do progresso paranaense. Isso se expressa nas seguintes intervenções: formação dos professores com a criação e regulamento de Escolas Normais; biblioteca pedagógica; prêmios aos professores; cursos com palestras pedagógicas; a revista “O Ensino” como imprensa pedagógica; práticas nos estabelecimentos modelares de ensino. No entanto, para efetivar todas essas intervenções, fazia-se urgente a disseminação de construções de grupos escolares em todo o estado do Paraná, pois, uma vez construídos esses espaços, dariam condições físicas para a eficiência do sistema escolar.

O percurso da educação escolar e a modernização

As construções de tais grupos escolares vêm ao encontro do discurso movido pelo problema comum da nação brasileira na busca da identidade nacional nos moldes republicanos. O percurso da educação escolar para essa modernização foi sendo incorporado aos princípios cívicos republicanos. Em torno disso, práticas acerca do aprimoramento da instrução pública passaram a ser o selo do progresso rumo à modernização.

Com a chegada no Paraná, Martinez rapidamente solicitou verbas,

[...] já providenciando para que os methodos modernos se generalizassem nas escolas e grupos escolares da Capital [...] mobiliário adquirido e encomendado obedece a um typo elegante e pratico e o material é o mais recomendados pelos modernos pedagogistas [...]. Condições higiênicas. Os preceitos de architectura [...] (Martinez, 1921, p. 91-92).

A preocupação era que a eficiência educativa se expandisse por meio da formação continuada de seus professores, para os preceitos modernos chegarem às mais distantes instituições do Estado. Tais iniciativas perpassavam pela prática pedagógica, condições higiênicas e arquitetura dos prédios escolares. “Nossos grupos escolares funcionam com a desejada regularidade [...]. Para o serviço de limpeza e conservação apenas um zelador que dá conta de limpeza” (Martinez, 1921, p. 13). Fica evidente, mais uma vez, que as aulas estarem acontecendo em grupos escolares otimizaram o trabalho do funcionário da limpeza, pois uma pessoa limparia diversas salas.

Com esses preceitos modernos, Martinez acreditava que estava colocando o Paraná nas condições republicanas: “Só tem a lucrar com a melhoria da escola publica, pedra angular das republicas democráticas que tudo fazem pelo povo e para o povo [...]. Todas as reformas de gabinete, puramente theoricas cheias de fantasias e ôcas de sucesso deram sempre máos resultados” (Martinez, 1921, p. 4, 9). Suas reformas traziam o princípio da pedagogia prática, fazendo críticas a teorias, chamando-as de vazias, as quais vinham contribuindo com os resultados negativos.

Martinez trouxe dados de escolas isoladas para justificar sua intervenção: “[...] organizei um programma muito simples para as escolas isoladas [...] verifica-se pelos mapas mensais de taes estabelecimentos que a matricula na 1ª serie representa 60% total” (Martinez, 1920, p. 9). Esse percentual preocupava o governo da época, pois os alunos, em sua maioria, estavam nesses estabelecimentos, distantes dos olhos de mecanismos de controle. “Nas escolas isoladas cada professor guiava-se como bem entendia e dava a matéria que mais e commoda lhe parecia. [...]. Os grupos escolares achavam-se diretamente subordinados aos inspectores locais” (Martinez, 1920, p.

14). No entanto, a importância dos grupos escolares, neste caso, ficaria de mais fácil controle. “Nenhuma empresa progride sem fiscalização [...]. O Inspector técnico será, de acordo com os novos desejos, o porta-voz das nossas ordens” (Martinez, 1920, p. 10-11), na figura de inspetor técnico, que acompanhava o desenvolvimento pedagógico com mais facilidade nos grupos escolares. Outro profissional de importância foi o diretor escolar, este sempre foi visado para colocar fielmente os princípios da gestão vigente, via correspondência oficial de comunicação.

Snr. Director do Grupo Escolar

De acordo com as instruções que pessoalmente recebestes, por ocasião da reunião dos directores de grupo do Estado, recomendo-vos:

- a) Que não vos afasteis da direção do estabelecimento e que sejas o primeiro funcionário a entrar e o ultimo a sair nos dias de aula;
- b) Que exijaes da zeladora o mais rigoroso asseio em todos os compartimentos, evitando nas salas de aula os objectos inúteis que só servem para afeiar o local e servir de deposito de pó;
- c) Que observeis as condições de segurança do edificio, dando providencias todas as vezes que houver necessidade de reformas;
- d) Que providencieis no sentido de dar aos pateos de recreio agradável não só quanto à sua limpeza, mas ainda em relação à sua arborização e plantação de roseiras;
- e) Que vos interesseis pelos contos infantis, excelente meio de despertar bons sentimentos e de se formar o gosto litterario (Martinez, 1923, p. 93-94).

O diretor recebia essas orientações como ordens a serem cumpridas fielmente, sendo lamentado, caso alguns não obedecessem. “Infelizmente ainda há alguns grupos que fogem por completo dessa norma, contrariando nossas recomendações” (Martinez, 1921, p. 29). Mas aqueles que estavam dentro do enquadramento eram os que, segundo o inspetor, vinham praticando tais orientações. “Em muitos grupos do Estado, felizmente, já se vae seguindo a verdadeira orientação: colleccionam-se os cadernos de calligraphia, os de dictado, as composições, as sabatinas e até os cálculos e problemas” (Martinez, 1921, p. 27), usando tais cadernos no entendimento de que estaria inovando suas práticas docentes. No entendimento da gestão escolar da época no Paraná, o ensino, além de alfabetizar, também “[...] é de corrigir tendencias e hábitos e de encaminhar novas tendencias e formar novos hábitos” (Martinez, 1921, p. 66). Tais hábitos eram condizentes com a nova tendência modernizante da sociedade capitalista.

Martinez mostrou a evolução do seu trabalho no ensino paranaense em números de aprovações. “Nos grupos da capital foi de 1.677 o numero de alunos analfabetos matriculados na primeira serie. Desses, foram promovidos 996 para a segunda serie, em boas condições de adiantamento” (Martinez, 1922, p. 87).

Essa ênfase na promoção da primeira série para a segunda era o ponto principal, momento de alfabetização, neste caso, em tempos em que as reprovações e, conseqüentemente, as desistências eram em massa. “A frequencia escolar, após a nova organização do ensino [...] tem quase duplicada, como se vê: Em 1919 [...] prefazendo, assim, o total de 16.442 alumnos. Em 1921, como indiquei [...] o que dá um total geral de 30.805 alumnos” (Martinez, 1922, p. 91).

Diante desse dado, havia um esforço, devido à fiscalização e ao acompanhamento pedagógico, para aumentarem os grupos escolares no Paraná, Grupos escolares dos quais Martinez buscava a ampliação de suas aberturas em todo o Estado. No entanto, para elevar a oferta de turmas, criou-se uma demanda elevada de novos professores; com isso, surgiu a necessidade da abertura de cursos de formação de professores.

A criação da primeira Escola de Professores dos Campos Gerais-PR representou a concretização de um ideário republicano de “[...] educação nacional liberal, com as contradições próprias de uma sociedade que tinha a predominância de imigrantes, originários de diversas

nacionalidades, além dos interesses de uma sociedade capitalista emergente” (Nascimento, 2004, p. 123).

Para garantir a formação do professorado, o meu governo resolveu levantar o edifício básico que é a Escola Normal, que funcionará sob os moldes inteiramente diversos dos que até então eram adaptados. O sacrifício exigido para tão elevada despesa já está feito. O aproveitamento que d'elle resultará será verdadeiramente precioso (O Ensino, 1922, p. 163-174).

Embora fosse evidente a necessidade da Escola Normal na região dos Campos Gerais, sua fundação deu-se apenas três anos após o anúncio de criação e mediante a evidência de que as necessidades urgentes não vêm em primeiro lugar, mas, sim, os interesses que geram lucro.

Com a inauguração da Escola Normal em Ponta Grossa, no dia 27 de fevereiro de 1924, iniciou-se uma nova história na cidade com a formação dos professores da região, que agora não era mais preciso ser mais realizada em Curitiba, possibilitando a ampliação da formação de mais professores para atender aos grupos escolares, e iniciava sua implantação na região.

Figura 1 – Escola Normal de Ponta Grossa-PR, 1924



Fonte: Extraída de Nascimento (2004, p. 169).

Foi um grande momento para o desenvolvimento da cidade de Ponta Grossa a inauguração da primeira Escola Normal¹ Primária dos Campos Gerais, realizada pelo governador Caetano Munhoz da Rocha e o prefeito Brasília Ribas. Segundo a ata inaugural de 1914, o evento contou com a presença do Sr. Alcides Munhoz, secretário Geral do Estado; do Prof. Cesar Prieto Martinez, Inspetor Geral do Ensino, do Sr. Moreira Garcez, prefeito de Curitiba; do Cel. Victor Baptista, presidente da Câmara Municipal; do Sr. Joaquim Meneleu de Almeida Torres, primeiro diretor da Escola Normal, além de membros do corpo docente e discente. Sem dúvida, a população festejou esse feito, que iria fazer com que as escolas pudessem ter professores bem preparados para ajudar a desenvolver toda uma geração carente de conhecimento (Rocha, 1925).

¹ Escola Normal Primária de Ponta Grossa, regida pelo Regulamento nº 135, de 12 de fevereiro de 1924 – Relatório do governador Caetano Munhoz da Rocha (1925 p. 104). Até 1939, a Escola Normal de Ponta Grossa funcionou no prédio da Praça Barão do Rio Branco (atualmente, Colégio Regente Feijó). A partir de 1939, passou a funcionar no prédio da Rua Dr. Colares, esquina com Rua Augusto Ribas (Nascimento, 2004).

Considerações finais

A história da atuação de Cesar Prieto Martínez estudada fez com que chegássemos ao entendimento de que o inspetor de ensino efetivou uma intervenção educacional dentro de uma demanda ideológica promovida pela almejada modernização das relações de trabalho causada pelo avanço do modelo da sociedade capitalista. Portanto, uma vez mais, o povo paranaense alfabetizado estaria no caminho rumo ao progresso nacional.

Entre as providências da reforma em prol da eficiência educativa, destacou-se a preocupação com a formação continuada dos professores, no intuito de que os preceitos modernos de inovação chegassem aos mais distantes pontos escolares do Estado. Essas iniciativas perpassavam tanto pela prática pedagógica quanto pelas condições higiênicas e pela arquitetura dos prédios escolares.

Essa perspectiva de mudança social levou a efetivar tais reformas de ensino como expressão na criação de grupos escolares, na formação de professores, na supervisão do trabalho pedagógico, na mudança das práticas metodológicas. Além disso, houve a otimização de gastos e de reformas educacionais que deixaram marcas expressivas, resultantes da passagem do paulista Cesar Prieto Martínez no cargo de inspetor geral de ensino do Paraná.

Referências

- MARTINEZ, C. P. **Relatório da Inspeção Geral de Ensino para o Secretário Geral do Estado do Paraná**. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná, 1920.
- MARTINEZ, C. P. **Relatório da Inspeção Geral de Ensino para o Secretário Geral do Estado do Paraná**. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná, 1921.
- MARTINEZ, C. P. **Relatório da Inspeção Geral de Ensino para o Secretário Geral do Estado do Paraná**. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná, 1922.
- MARTINEZ, C. P. **Relatório da Inspeção Geral de Ensino para o Secretário Geral do Estado do Paraná**. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná, 1923.
- MARTINEZ, C. P. **Relatório da Inspeção Geral de Ensino para o Secretário Geral do Estado do Paraná**. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná, 1924.
- MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MONARCHA, C. R. da S. Notícia documental e bibliográfica sobre as “missões de professores paulistas”. In: COSTA, C. J.; MELO, J. J. P.; FÁBIO, L. H. (org.). **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados: UFGD, 2010. p. 12-37.
- NASCIMENTO, M. I. M. **A primeira escola de professores dos Campos Gerais-PR**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.
- NOGUEIRA, A. M. **Educação, saber, produção em Marx e Engels**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- (O) ENSINO. Biblioteca Pública do Estado do Paraná. **O ensino**: publicação da Inspeção Geral do Ensino do Paraná. Curitiba: Inspeção Geral do Ensino, 1922.

(O) ENSINO. Biblioteca Pública do Estado do Paraná. **O ensino**: publicação da Inspectoria Geral do Ensino do Paraná. Curitiba: Inspectoria Geral do Ensino, 1924.

PALHANO, I. C. **A revista O ENSINO (1920-1924)**: a instrução pública do Paraná nos ideais de Cesar Prieto Martinez. 2022. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2022.

PARANÁ. **Decreto nº 93, de 11 de março de 1901**. Aprova o Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Leis, Decretos e Regulamentos do estado Paraná. Curitiba: Typ. da Penitenciária, 1901.

ROCHA, C. M. da. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Mensagem do Presidente do Estado em 1921**. Curitiba, 1921.

ROCHA, C. M. Departamento Estadual de Arquivo Público do Paraná. **Relatório do Presidente do Estado em 1925**. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público, 1925.

SUBTIL, M. J. D. Instituto de Educação Prof. Cesar Prieto Martinez (1924-1996): caminhos e descaminhos de uma escola de formação de professores. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 19, e23518, p. 1-17, 2024. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>

WEREBE, M. J. G. **30 anos depois**. Grandezas e misérias do ensino no Brasil. São Paulo: Alínea, 1994.

Recebido em 26/06/2024

Versão corrigida recebida em 10/10/2024

Aceito em 12/10/2024

Publicado online em 29/10/2024